

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

As violações de direitos humanos são hoje uma evidência sistémica da ação política doméstica e internacional chinesa. Nos últimos anos houve, de facto, um aumento muito substancial do controlo do Estado chinês sobre a vida quotidiana de milhões de pessoas, bem como da repressão contra a liberdade de expressão, associação e reunião.

No Tibete, a situação torna-se cada vez mais dramática. Ao longo de décadas, as pessoas tibetanas têm sido alvo de uma perseguição constante por parte do Estado chinês, sendo rotuladas de “terroristas”, “separatistas” e um “perigo para a segurança interna” da China. No entanto, é um facto indiscutível que nos anos recentes tem havido um aumento do número de pessoas tibetanas que são detidas, mantidas incomunicáveis durante longos períodos de tempo, sem acesso a advogados e às suas famílias, e que acabam por falecer ainda sob custódia das forças policiais ou logo após terem sido libertadas. De acordo com os dados mais recentes, encontram-se hoje encarcerados mais de 1.000 prisioneiros políticos.

Desde abril de 2019, são já oito os casos de tibetanos que faleceram ou permanecem em estado crítico após a sua libertação, sem que se procedam a investigações independentes ou que sejam responsabilizadas quaisquer autoridades policiais ou outros funcionários por uma qualquer conduta ilegal ou violação dos direitos humanos. Mais recentemente, a 6 de fevereiro de 2021, o guia turístico tibetano Kunchok Jinpa faleceu devido a ferimentos na prisão, depois de ter sido detido a 8 de novembro de 2013 e condenado a uma sentença de 21 anos por “divulgar segredos de Estado” após ter partilhado informação nas redes de comunicação social a situação vivida na altura e relativamente a protestos ocorridos no Tibete Central.

Um fenómeno semelhante de abuso e violações de direitos humanos sucede com a repressão de que têm sido alvo a minoria étnica Uigur, assim como outras minorias muçulmanas que vivem na região mais ocidental de Xinjiang (ou Turquestão Oriental). A repressão e controlo da população uigur tem aumentado exponencialmente nas últimas décadas, com o regime chinês a recorrer a mecanismos de controlo e criminalização de comportamentos, ideias ou associação, através de vigilância digital e algoritmos preditivos, resultando no internamento forçado de cada

vez mais uigures.

Segundo os cálculos da Organização das Nações Unidas, encontram-se detidos entre 1,8 e 3 milhões de uigures e outros povos turcos em campos de detenção de trabalhos forçados, cuja produção de algodão é utilizada em cerca de 20% da roupa comercializada em todo o mundo, sendo estas pessoas igualmente alvo de um programa de “reeducação” e de doutrinação política. Um relatório recentemente divulgado pelo Instituto Australiano de Políticas Estratégicas (ASPI) aponta que a China continua a construir estes campos de detenção para membros uigur, que ascendem já a 380 na província de Xinjiang.

Outros casos igualmente flagrantes incluem o ocorrido no final de 2020 com a interferência na autonomia de Hong Kong para silenciar milhares de jovens ativistas de direitos humanos e defensores da democracia que foram perseguidos e cercados pelas forças de segurança enquanto se manifestavam pelos seus direitos.

Por outro lado, a incapacidade de variadas organizações internacionais em responder adequadamente a estes desafios também tem contribuído para encorajar e legitimar as repressões e violações dos direitos humanos cometidas pelo governo chinês. Foi precisamente o caso do Comité Olímpico Internacional (COI), quando em julho de 2015 selecionou a cidade de Pequim como a cidade-sede dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2022. No entanto, tal como esperado, esta nomeação não veio servir enquanto “catalisador para o progresso e para a melhoria dos direitos humanos”, tal como foi defendido pelo COI à época.

Por ocupar a presidência do Conselho da União Europeia, Portugal tem hoje um papel de responsabilidade acrescida quanto a estas matérias, podendo e devendo dar um papel de destaque a quaisquer abusos e violações de direitos humanos que decorrem no resto do globo e, em particular, quando se trata de parceiros-chave económicos da UE. De igual modo, pode e deve assegurar uma abordagem mais ativa e coordenada da UE face a todas estas questões referentes à China, o que de resto estaria em plena conformidade com o plano de ação externa da UE para 2020-2024 em matéria de direitos humanos e democracia. Assim, tendo em conta esse contexto, o governo tem todas as condições para garantir que os abusos do governo chinês sejam incluídos no topo da agenda de todas as discussões formais tidas entre a UE e o presidente Xi Jinping e outros líderes chineses, e sobretudo encetar todas as diligências políticas e diplomáticas a nível da UE para expor e solucionar estas situações.

É igualmente urgente que o Estado português tome uma posição firme contra este desrespeito flagrante pelos direitos civis e humanos e que reveja a sua política de relacionamento com a China, com vista a impedir que os interesses estratégicos do país continuem a ser apoderados pelo Estado chinês, o que só tem contribuído para hipotecar a soberania de Portugal e fortalecer os avanços expansionistas ilegais perpetrados pela China.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:

1. Está o governo disponível para solicitar ao governo chinês que inicie uma investigação coordenada e imparcial sobre as alegações de tortura e outros maus-tratos, bem como sobre as circunstâncias que levaram à morte de pessoas tibetanas sob custódia, presas ou recentemente libertadas?
2. Pretende o governo requerer da parte do governo chinês que assegure que todas as pessoas

tibetanas detidas tenham julgamentos justos que cumpram os requisitos da lei e dos padrões internacionais, que tenham acesso a advogados e cuidados médicos apropriados, e que sejam libertadas caso tenham sido detidas pela expressão pacífica das suas opiniões ou crenças?

3. Que diligências políticas e diplomáticas pretende o governo encetar, tanto na sua ação diplomática como no âmbito da presidência do Conselho da União Europeia, de forma a colocar um ponto final na repressão e controlo da população uigur, sobretudo para com aqueles que se encontram encarcerados em centenas de campos de detenção de trabalhos forçados em Xinjiang (Turquestão Oriental)?
4. Está o governo disposto a comprometer-se com um boicote diplomático aos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim em 2022, tendo em conta que a realização dos mesmos encorajará e legitimará as repressões e violações dos direitos humanos cometidas pelo governo chinês?
5. Durante a presidência do Conselho da União Europeia, está o governo preparado para garantir que os abusos do governo chinês sejam incluídos no topo da agenda de todas as discussões formais tidas entre a UE e o presidente Xi Jinping e outros líderes chineses, e sobretudo encetar todas as diligências políticas e diplomáticas a nível da UE para expor e solucionar estas situações?

Palácio de São Bento, 1 de abril de 2021

Deputado(a)s

ALEXANDRA VIEIRA(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)